

## TERMO ADITIVO A ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2019/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SE000165/2019  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/10/2019  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR046754/2019  
NÚMERO DO PROCESSO: 46221.006298/2019-86  
DATA DO PROTOCOLO: 28/08/2019

NÚMERO DO PROCESSO DO ACORDO COLETIVO PRINCIPAL: 46221.000151/2019-82  
DATA DE REGISTRO DO ACORDO COLETIVO PRINCIPAL: 16/01/2019

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SIND DOS TRAB EM EMP DE T E O DE MESAS TELEF NO EST SE, CNPJ n. 15.612.468/0001-04, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IARACI MARIA SILVA;

E

ICOMON TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n. 02.137.309/0001-53, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). SERGIO JOSE ANNICCHINO;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **O presente Termo Aditivo abrange os empregados da Empresa ICOMON TECNOLOGIA LTDA., no Estado de SERGIPE, que prestam serviços no setor de telecomunicações, em efetivo exercício em 01 de Maio de 2019 e os que venham a ser admitidos durante sua vigência, com abrangência territorial em SE.**

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Descontos Salariais

### CLÁUSULA TERCEIRA - DESCONTOS

A Empresa não descontará da remuneração do empregado os danos decorrentes de avarias em veículos, equipamentos ou ferramentais que tenham sido provocadas por terceiros e/ou por intempéries da natureza, devendo o trabalhador fazer, quando for o caso, o registro em boletim de ocorrência.

**Parágrafo Primeiro:** O desconto somente será permitido quando ficar comprovado dolo do empregado e após respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de culpa do empregado, a Empresa descontará o valor máximo da franquia

do veículo e que não ultrapasse o percentual de 10% do salário do empregado.

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA QUARTA - ABONO**

A Empresa concederá abono de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para todos os trabalhadores ativos em 01º de maio de 2019.

**Parágrafo Primeiro:** O abono será pago em parcela única, no quinto dia útil do mês de Setembro de 2019.

**Parágrafo Segundo:** Não terão direito ao abono os empregados desligados até 30 de abril de 2019.

**Parágrafo Terceiro:** Os valores de que trata esta cláusula, são de caráter indenizatório e de natureza não salarial, não integrando a remuneração do empregado para qualquer fim.

#### **CLÁUSULA QUINTA - LOCAÇÃO DE VEICULOS**

Caso a Empresa opte por locar veículos de propriedade do empregado para a utilização na prestação de serviços, os valores a serem pagos serão definidos pelo tempo de fabricação e modelo do veículo conforme abaixo:

Carros leves até 5 anos : R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) por mês.

Carros leves de 5 a 10 anos : R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) por mês.

Utilitários até 5 anos : R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por mês.

Utilitários de 5 a 10 anos : R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais) por mês.

Veículos 4x4 até 5 anos : R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) por mês.

Veículos 4x4 de 5 a 10 anos : R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) por mês.

**Parágrafo Único:** Os valores terão caráter indenizatório e de natureza não salarial, não integrando a remuneração do empregado para qualquer fim.

#### **CLÁUSULA SEXTA - LOCAÇÃO DE NOTEBOOK**

Caso a Empresa opte por locar Notebooks com porta serial, IP e USB, de propriedade do empregado, para

a utilização na prestação de serviços, será pago mensalmente o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

**Parágrafo único:** Os valores terão caráter indenizatório e de natureza não salarial, não integrando a remuneração do empregado para qualquer fim.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - LOCAÇÃO DE CELULARES**

Caso a Empresa opte por locar celulares tipo smartphone, de propriedade do empregado, para a utilização na prestação de serviços, sendo pago mensalmente o valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

**Parágrafo primeiro:** Os valores terão caráter indenizatório e de natureza não salarial, não integrando a remuneração do empregado para qualquer fim.

**Parágrafo segundo:** Declaram, ainda, estarem cientes que a falsidade dessas declarações con

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Auxílio Alimentação**

## **CLÁUSULA OITAVA - VALE ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO**

A Empresa concederá vale refeição no valor facial de R\$ 23,23 (vinte e três reais e vinte e três centavos) por dia trabalhado, e vale alimentação no valor mensal de R\$ 231,20 (duzentos e trinta um reais e vinte centavos) por mês.

**Parágrafo Primeiro:** No período em que o trabalhador esteja em gozo de férias ele não fará jus ao Vale Refeição e Vale Alimentação presentes no Caput desta Clausula. O empregado em gozo de férias fará jus a uma gratificação de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), a ser paga em parcela única por ocasião do início do gozo de férias, da seguinte forma:

- a) para início do gozo de férias entre os dias 01 a 15 do mês, o crédito será feito no cartão Alimentação no dia 16;
- b) para início de gozo entre os dias 16 a 31 do mês, o crédito será feito no cartão Alimentação dia 01.
- c) No caso de as férias serem gozadas em mais de um período, o pagamento será devido, em sua integralidade, quando do gozo do primeiro período.

**Parágrafo Segundo:** A Empresa fará o desconto a título de coparticipação do empregado no valor fixo de R\$ 23,23, não incidindo referido desconto na hipótese do parágrafo primeiro.

**Parágrafo Terceiro:** O regime de concessão do ticket refeição ou alimentação está considerado no programa de alimentação do trabalhador – PAT e não constitui verba de natureza salarial.

**Parágrafo Quarto:** Das ausências justificadas (exceto banco/compensação de Horas), ou não justificadas, poderão ser descontados os Vale Refeição referente ao dia citado.

**Parágrafo Quinto:** Para Horas Extras realizadas em sábados, domingo e feriados, será reembolsado o valor de R\$ 23,23 (vinte e três reais e vinte e três centavos), para todos os empregados que realizarem a partir de quatro horas extras contínuas no dia.

### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA NONA - CONVÊNIO MÉDICO**

A Empresa fornecerá assistência médica para todos os empregados e seus dependentes diretos, (cônjuge, companheiros legalmente caracterizados e filhos (as) até 21 anos ou 24 anos se universitário), com custos compartilhados, entre os empregados e a Empresa conforme abaixo descrito com relação ao custo dos empregados:

Plano Enfermaria: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por vida.

Plano Apartamento: R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por vida.

**Parágrafo Primeiro:** Os descontos do fator moderador (coparticipação), serão limitados aos seguintes valores, por evento conforme tabela abaixo:

<b>TABELA DE COPARTICIPAÇÃO – MARÇO DE 2019</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Percentual de Cobrança</b>	<b>Valor Fixo por Consulta</b>	<b>Valor Máximo por Mês</b>
CONSULTA ELETIVA		20,00	-
CONSULTA PRONTO SOCORRO		38,00	-
EXAMES E TERAPIAS SIMPLES	40%		40,00
EXAMES E TERAPIAS ESPECIAIS	40%		120,00
PROCEDIMENTOS SIMPLES	40%	-	40,00
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	40%		120,00

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - PLANO ODONTOLÓGICO**

A Empresa garantirá aos empregados e seus dependentes, Plano Odontológico, com coparticipação do empregado no valor de R\$ 13,34 (treze reais e trinta e quatro centavos) e no valor de R\$16,07 (dezesseis reais e sete centavos) para cada dependente.

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXILIO CRECHE**

A Empresa concederá mensalmente às TRABALHADORAS o auxílio-creche, através de reembolso, no valor de R\$ 223,77 (duzentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos) mensais para cada filho(a), até a criança completar 36 (trinta e seis) meses de vida, devendo a empregada apresentar o respectivo comprovante para fazer jus ao reembolso.

**Parágrafo Primeiro:** A Empresa concederá mensalmente aos TRABALHADORES (homens) o auxílio-creche, através de reembolso, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais para cada filho (a), até a criança completar 12 (doze) meses de vida, devendo o empregado apresentar o respectivo comprovante para fazer jus ao reembolso.

**Parágrafo Segundo:** O benefício previsto no caput desta cláusula será estendido ao TRABALHADOR que comprovar tutela exclusiva do(s) filho(s), em decorrência de ausência definitiva ou morte da mãe.

**Parágrafo Terceiro:** Quando ambos os pais forem empregados, o benefício será pago para aquele que possuir a guarda legal do menor.

**Parágrafo Quarto:** Os valores de que trata esta cláusula, não serão devidos às mães que estiverem em gozo de licença maternidade.

**Parágrafo Quinto:** O benefício se aplica, em qualquer hipótese, à mãe adotante em qualquer atividade ou pai adotante, desde que a adoção preencha os requisitos legais.

**Parágrafo Sexto:** Os valores de que trata esta cláusula, são de caráter indenizatório e de natureza não salarial, não integrando a remuneração do empregado para qualquer fim.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXILIO AO DEPENDENTE PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL**

A Empresa reembolsará as despesas dos trabalhadores que tenham filhos portadores de deficiências (PcD), no valor de R\$ 338,14 (trezentos e trinta e oito reais e quatorze centavos).

**Parágrafo primeiro:** A condição de portador de necessidades especiais, assim entendido aquele que não apresentar condições mínimas de independência e autocuidado, deverá ser expressamente declarada anualmente, em laudo médico, nos termos legais, sujeito a averiguação por parte da Empresa.

**Parágrafo Segundo:** Caso os cônjuges sejam Trabalhadores da Empresa, em qualquer uma de suas filiais e/ou empresa do grupo econômico, o pagamento de que trata o "caput", será feito exclusivamente a um dos dois.

**Parágrafo Terceiro:** Nas localidades onde não existam instituições especializadas em atendimento à portadores de necessidades especiais, poderão ser concedidos ao Trabalhador créditos até o limite do "caput" desta cláusula, destinado ao pagamento de pessoas para a guarda do dependente PNE, sendo obrigatória, nesses casos, a apresentação à Empresa dos recibos comprobatórios dos pagamentos.

## **Seguro de Vida**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA**

A Empresa fará em favor dos seus empregados, sem ônus para os mesmos, um Seguro de Vida e Acidentes em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas:

<b>coberturaS</b>	<b>capital segurado</b>
<i>Morte</i>	<i>16X sal. lim. ao máx. de R\$ 150.000,00</i>
<i>Morte Acidental</i>	<i>16X sal. lim. ao máx. de R\$ 150.000,00</i>
<i>Inv. Perm. por Acidente</i>	<i>16X sal. lim. ao máx. de R\$ 150.000,00</i>
<i>Inv. Func. Perm. T. por Doença</i>	<i>16X sal. lim. ao máx. de R\$ 150.000,00</i>
<i>Cônjuge</i>	<i>50% da Cob. de Morte</i>
<i>Filhos</i>	<i>10% da Cob. de Morte lim. a R\$ 2.000,00</i>

**Parágrafo Único:** Além das coberturas previstas no "caput" desta Cláusula, a apólice de Seguro de Vida em Grupo contempla cobertura para auxílio funeral, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) em caso de falecimento do trabalhador.

#### **Outros Auxílios**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO**

Todas as rescisões contratuais dos trabalhadores, independentemente do tempo de serviço, deverão ser submetidas à homologação no Sindicato, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, e o pagamento dos valores a receber em favor do trabalhador, devem ser depositados no prazo de 10 (dez) dias a contar do seu desligamento.

**Parágrafo primeiro:** Em caso de não comparecimento da Empresa, sem justificativa, no prazo acima estipulado, o empregado fará jus a uma multa nos termos do art. 477 da CLT.

**Parágrafo segundo:** Caso o trabalhador não compareça ou haja recusa por parte do sindicato em fazer a homologação, dentro do prazo acima. O sindicato deve fornecer declaração de comparecimento da Empresa, constando data, hora e o motivo da não homologação.

**Parágrafo terceiro:** A Empresa se compromete a efetuar o pagamento, a título de custeio do serviço realizado pelo SINDICATO, na assistência das homologações, no valor de R\$35,00 (trinta e cinco reais) por rescisão contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA AOS EMPREGADOS EM VIA DE APOSENTADORIA**

A Empresa, desde que comunicada sobre essa condição por escrito, antes da comunicação da rescisão contratual, concederá estabilidade provisória aos Trabalhadores que necessitem de até 12 (doze) meses para aposentadoria por tempo de serviço, nos termos do artigo 52 da lei no. 8.213/91, desde que devidamente comprovados e tenham 05 (cinco) anos contínuos de trabalho na ICOMON.

**Parágrafo Único:** O trabalhador nessa condição não poderá ser despedido, a não ser em razão de falta grave ou por mútuo acordo entre Trabalhador e Empregador, ou encerramento de atividade do empregador, sendo que nestas duas últimas hipóteses, mediante homologação perante o Sindicato dos Trabalhadores ou expressa disposição em termo aditivo.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - QUITAÇÃO ANUAL DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

Nos termos do artigo 507-B da CLT, poderá a empresa firmar perante o sindicato o termo de quitação anual de parcelas quitadas na relação empregatícia.

**Parágrafo Primeiro:** Do termo de quitação deverá constar todas as parcelas às quais o empregado confere ampla, geral e irrestrita quitação, de forma mensal, com a apresentação dos devidos comprovantes.

**Parágrafo Segundo:** A quitação se dará somente em relação às verbas descritas no instrumento de quitação, ficha financeira, e após a conferência dos documentos mencionados no parágrafo primeiro.

### **Outros grupos específicos**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRABALHADOR PCD**

Considerando a natureza das atividades exercida pela Empresa, fica convencionado que se excluem da base de cálculo para cumprimento do disposto no artigo 93 da Lei 8.213/91 os postos de trabalho relativos a funções perigosas e/ou insalubres ou consideradas como de risco.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Duração e Horário**

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada semanal de trabalho dos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto para os ocupantes de cargos cuja jornada é regulamentada por legislação

específica, prevendo jornada diversa.

**Parágrafo Primeiro:** Aos empregados que cumprem jornada inferior ao estipulado no “caput” desta cláusula, não se aplica a eliminação eventual aos sábados ou domingos, vez que terão de completar sua duração de trabalho semanal.

**Parágrafo Segundo:** A Empresa manterá turno de trabalho para as funções do NOC, de escala de 12 (doze) horas trabalhadas com 36 (trinta e seis) horas de descanso, de acordo com a Legislação vigente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REGISTRO DE PONTO ALTERNATIVO**

Em conformidade com o disposto na portaria nº 373 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dentro do período de validade do presente Acordo Coletivo, devendo ser respeitada na íntegra a legislação aplicável à espécie, a Empresa fica autorizada a adotar outras formas de registro alternativo de ponto eletrônico para os empregados que trabalham nas atividades de “campo”, e se ativam em locais distantes da sede da Empresa sem fiscalização presencial de seu gestor.

**Parágrafo Primeiro:** Tendo em vista a amplitude e complexidade das mudanças introduzidas pelas Portarias 1.510/2009 e 373/2011 do MTE, o presente Acordo Coletivo tem por objeto o ajuste entre as partes no sentido de dar reconhecimento e a validade ao sistema de controle de ponto adotado pela Empresa, conforme cláusulas e condições previstas neste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** A Empresa utilizará sistema eletrônico capaz de verificar os horários de início e término dos serviços prestados pelo EMPREGADO, de modo a permitir a fiscalização e conferência, atendendo, assim, às exigências legais. Fica dispensada a marcação do intervalo intrajornada. O sistema utilizado pela Empresa substitui o REP, ficando dispensado o atendimento das especificações previstas na Portaria 1510/2009.

**Parágrafo Terceiro:** O espelho de ponto será impresso e assinado pelo empregado, sendo obrigatória a entrega ao RH em até cinco dias após a emissão.

**Parágrafo Quarto:** É de responsabilidade do EMPREGADO comunicar imediatamente à Empresa qualquer ocorrência ou problema de funcionamento do aparelho de rastreamento instalado em veículo fornecido pela Empresa ou veículo próprio.

**Parágrafo Quinto:** A emissão da filipeta não será realizada pelo sistema eletrônico, sendo substituída pelo acesso às marcações diárias.

## **Faltas**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FALTAS**

A Empresa abonará as faltas, mediante a apresentação de atestado médico, dos empregados (as) que se ausentarem ao trabalho por motivo de internação hospitalar de seus filhos menores que tiverem idade não superior a 16 anos, com abono máximo de 48 horas de afastamento por ano.



## **Relações Sindicais**

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTOS**

A Empresa encaminhará mensalmente, até o 5º (quinto dia) ao SINDICATO, no meio que melhor lhe convier, a relação nominal do desconto das mensalidades sindicais e demais contribuições definidas em assembleias, constando nome do empregado, local de trabalho, matrícula, número de telefone, valor descontado e somatório das contribuições.

### **Disposições Gerais**

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - MULTA POR NÃO CUMPRIMENTO**

Pelo não cumprimento das cláusulas deste Termo Aditivo, fica acordado multa de 30% (trinta por cento) do salário normativo, revertendo o seu benefício em favor da parte prejudicada.

**Parágrafo Primeiro:** A multa só será devida se a parte infratora, notificada da infração, não proceder à sua correção no prazo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento da notificação.

**Parágrafo Segundo:** Nos casos em que o empregado ou ex-empregado venha propor demandas individuais, será revertido ao mesmo, o valor da multa nas mesmas condições previstas no caput desta Cláusula, sem que haja necessidade de qualquer notificação prévia.

IARACI MARIA SILVA

Presidente

SIND DOS TRAB EM EMP DE T E O DE MESAS TELEF NO EST SE

SERGIO JOSE ANNICCHINO

Procurador

ICOMON TECNOLOGIA LTDA

#### **ANEXOS**

**ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA NO DIA 19 DE JULHO DE 2019**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.